
QUARTO ADITAMENTO AO ACORDO DE ACIONISTAS

da

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

entre

ISA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A.,

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG, e,

na qualidade de Interveniente-Anuente

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Datado de

18 de dezembro de 2020

ES MD RHDS EDCB ATM FL AEDN FARP

QUARTO ADITAMENTO AO ACORDO DE ACIONISTAS DA TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Pelo presente aditamento ao Acordo de Acionistas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (o “Aditamento”) as partes:

ISA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14.171 - Torre Crystal - 7º andar, Bairro Vila Gertrudes, - CEP 04794-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.896.959/0001-40, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, Sr. Fernando Augusto Rojas Pinto, doravante denominada “ISA Investimentos”, e, quando denominada em conjunto com a CEMIG, “Partes”; e

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG, sociedade de economia mista, com sede na Cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, nº 1.200, Bairro Santo Agostinho, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.155.730/0001-64, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada “CEMIG”, e, quando denominada em conjunto com a ISA Investimentos, “Partes”;

E, ainda, na qualidade de Interveniente Anuente,

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, 6º andar, salas 601 e 602, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.859.971/0001-30, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social, doravante denominada “Companhia”;

RESOLVEM firmar o presente Aditamento de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES

1.1 Termos iniciados com letras maiúsculas, quando aqui utilizados, terão o significado a eles atribuído no Acordo de Acionistas da Companhia celebrado em 28 de dezembro de 2009 e aditado em 20 de abril de 2010, em 30 de junho de 2016, e em 20 de setembro de 2018 (“Acordo de Acionistas”), salvo se aqui de outra forma expressamente definidos.

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÕES

2.1 As Partes, por mútuo acordo, resolvem alterar e consolidar o Acordo de Acionistas, que passará a vigorar nos termos do Anexo I deste Aditamento.

2.2 As Partes ratificam a composição do Conselho de Administração aprovada pelas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 29 de abril de 2019 e 30 de abril de 2020,

procedendo no presente momento apenas a formalizar, no Acordo de Acionistas, a modificação da composição do Conselho de Administração aprovada nas Assembleias anteriormente referidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Exceto conforme alterado neste Aditamento, todos os termos e disposições do Acordo de Acionistas permanecem em pleno vigor e efeito, sendo neste ato ratificados, especialmente declarações, garantias, obrigações e compromissos nele assumidos.

3.2 Este Aditamento deverá ser interpretado e regido de acordo com as leis brasileiras.

3.2.1 As Partes procurarão resolver amigavelmente suas diferenças relativas ao presente instrumento, dentro do espírito de boa-fé que o inspira.

3.2.2 Para a solução das controvérsias resultantes deste instrumento que não forem amigavelmente resolvidas, elegem as Partes o foro da Comarca da Capital de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, ainda que privilegiado, exclusivamente para medidas cautelares ou coercitivas, provisionais ou permanentes, assim como a execução da sentença arbitral.

3.2.3 Qualquer controvérsia relativa a este Aditamento será resolvida por arbitragem, de acordo com as disposições adiante.

3.2.4 A arbitragem será submetida à Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM") de acordo com o regulamento de arbitragem da CAM ("Regulamento").

3.2.5 O litígio será decidido por um tribunal arbitral composto por 03 (três) árbitros ("Tribunal Arbitral"), escolhidos de acordo com o Regulamento.

3.2.6 A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Brasil. A língua da arbitragem será o português, e a arbitragem será de acordo com a Lei nº 9.307/96.

3.2.7 O Tribunal Arbitral deverá proferir sua sentença no Brasil, dentro de até 12 (doze) meses do início da arbitragem. Este prazo poderá ser prorrogado por até 06 (seis) meses pelo Tribunal Arbitral, desde que justificadamente.

3.2.8 Com exceção dos honorários dos advogados, que serão atendidos por cada Parte individualmente, as demais despesas e custos serão suportados por uma ou por ambas as Partes, como for decidido pelo Tribunal Arbitral.

3.2.9 As Partes deverão manter em sigilo todas e quaisquer informações relacionadas à arbitragem.

3.3 De acordo com e para os fins dos artigos 40 e 118 da Lei das Sociedades por Ações, este Aditamento será arquivado na sede da Companhia, averbado no livro de registro de ações nominativas da Companhia e registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

3.4 Aplicam-se a este Aditamento, em tudo que lhe couber, as Disposições Gerais previstas na Cláusula 19 do Acordo de Acionistas.

[RESTANTE DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO.
SEGUE PÁGINA DE ASSINATURA]

E por assim haverem ajustado, firmam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um mesmo efeito legal, na presença das testemunhas a seguir nomeadas e assinadas.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2020.

ISA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A.

FERNANDO AUGUSTO ROJAS PINTO

Nome:

Cargo:

Alex Enrique Plano Neto

Nome:

Cargo:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

Mauricio Dall'Agnese

Nome:

Cargo:

Eduardo Soares

Nome:

Cargo:

INTERVENIENTE ANUENTE:

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

André Augusto Telles Moreira

Nome:

Cargo:

Erik da Costa Breyer

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Manoel Carlos Visentin Coronado

Nome:

ID:

Roberto Schaffer de Castro

Nome:

ID:

ANEXO I

ao Quarto Aditamento ao Acordo de Acionistas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. entre ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. e Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG

ACORDO DE ACIONISTAS DA TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. (CONSOLIDADO)

Por meio do presente instrumento particular e na melhor forma da lei,

ISA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14.171 - Torre Crystal - 7º andar, Bairro Vila Gertrudes, - CEP 04794-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.896.959/0001-40, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, Sr. Fernando Augusto Rojas Pinto, doravante denominada “ISA Investimentos”, e, quando denominada em conjunto com a CEMIG, “Partes”; e

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG, sociedade de economia mista, com sede na Cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, nº 1.200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.155.730/0001-64, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada “CEMIG”, e, quando denominada em conjunto com a ISA Investimentos, “Partes”;

E, ainda, na qualidade de Interveniente Anuente,

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, 6º andar, salas 601 e 602, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.859.971/0001-30, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social, doravante denominada “Companhia”

CONSIDERANDO QUE:

- (a) em 28 de dezembro de 2009, foi aprovada a Incorporação da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) pela Companhia;
- (b) com a Incorporação da TAESA, o FIP Coliseu e CEMIG, então acionistas da TAESA, passaram a deter participação societária direta na Companhia relativa a 85,26% (oitenta e cinco vírgula vinte e seis por cento) de seu capital social votante;

- (c) FIP Coliseu e CEMIG estabeleceram certas diretrizes para reger seu relacionamento na qualidade de acionistas diretas da Companhia, de suas Controladas e coligadas, se houver;
- (d) em 31 de maio de 2016, FIP Coliseu e CEMIG celebraram um Termo de Compromisso, por meio do qual procederam com determinadas alterações ao Acordo, bem como estabeleceram determinadas obrigações (“Termo de Compromisso”);
- (e) em 31 de maio de 2016, FIP Coliseu e CEMIG desvincularam do Acordo: (i) 75.000.000 (setenta e cinco milhões) de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelo COLISEU; (ii) 77.525.322 (setenta e sete milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, trezentas e vinte e duas) de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pela CEMIG; e (iii) 155.050.644 (cento e cinquenta e cinco milhões, cinquenta mil, seiscentos e quarenta e quatro) de ações preferenciais de emissão da Companhia detidas pela CEMIG;
- (f) em 31 de outubro de 2016, ocorreu a cisão parcial do FIP Coliseu e transferência de 10.405.879 ações ordinárias para o FIA Taurus, novo fundo de investimentos constituído como solução à necessidade de reenquadramento por determinado cotista do FIP Coliseu aos limites impostos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, sendo o FIA Taurus incluído ao Acordo de Acionistas. O FIP Coliseu, como acionista controlador da TAESA ao lado da CEMIG, representa o FIA Taurus no exercício de todos os seus direitos sob o Acordo de Acionistas, sendo estes fundos considerados como um único acionista para todos os fins do acordo;
- (g) em 27 de dezembro de 2016 foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações entre FIP Coliseu, FIA Taurus e a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (“ISA”) para alienação da totalidade de suas participações societárias vinculadas ao bloco de controle da Taesa, representando, em conjunto, 26,03% das ações ordinárias e 14,88% do capital social total da Taesa;
- (h) A ISA, nos termos previstos no Contrato de Compra e Venda, transferiu para a ISA Investimentos, da qual é detentora de 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) do capital social total, os direitos e obrigações deste emergentes;
- (i) em 13 de junho de 2017, a operação foi concluída e a ISA Investimentos passou a deter 153.775.790 ações ordinárias representando 26,03% do capital votante e 14,88% do capital total da Taesa. Nesta mesma data, a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA sendo mantidos exatamente os mesmos direitos e obrigações anteriormente atribuídos ao FIP Coliseu e FIA Taurus; e
- (j) as Partes são detentoras de 100% (cem por cento) do Bloco de Controle, sendo que (i) ISA Investimentos detém 41,64% (quarenta e um inteiros e sessenta e quatro centésimos

por cento) do Bloco de Controle; e (ii) CEMIG detém 58,36% (cinquenta e oito inteiros e trinta e seis centésimos por cento) do Bloco de Controle;

Resolvem as Partes firmar o presente Acordo de Acionistas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Acordo”), em observância ao art. 118 da Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), e se obrigam a cumpri-lo, por si e por seus respectivos sucessores e cessionários, nos seguintes termos e condições:

1. DEFINIÇÕES

1.1 As expressões utilizadas no presente Acordo estão definidas abaixo, devendo ser interpretadas da mesma maneira, quer estejam no singular ou no plural, a menos que expressamente estipulado em contrário. Não obstante a relação de definições estabelecidas neste Capítulo, outros termos são também definidos em outras partes deste Acordo:

Acionistas	Significa qualquer acionista da Companhia.
Acordo	Este Acordo de Acionistas celebrado pelas Partes na forma e para os fins do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.
Ações	Significam 153.775.790 (cento e cinquenta e três milhões, setecentas e setenta e cinco mil e setecentas e noventa) ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pela ISA Investimentos (com os direitos a elas inerentes) e 215.546.907 (duzentas e quinze milhões, quinhentos e quarenta e seis mil e novecentas e sete ¹ ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pela CEMIG (com os direitos a elas inerentes), bem como (i) todas as ações de emissão da Companhia (com os direitos a elas inerentes) que venham a ser detidas no futuro, por qualquer das Partes, suas sucessoras ou cessionárias permitidas, exclusivamente em decorrência de suas ações vinculadas a este Acordo, por qualquer motivo e a qualquer título, incluindo, mas não se limitando, a de compras, desdobramentos, distribuições de bonificações, distribuição de dividendos com pagamento em ações e capitalizações de lucros ou outras reservas, ou como resultado de incorporações, fusões ou cisões, (ii) valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia (com os direitos a elas inerentes) detidos, ou que venham a ser detidos, pelas Partes, suas sucessoras ou cessionárias permitidas, exclusivamente em decorrência de suas ações vinculadas a este

Acordo, (iii) opções de compra de ações de emissão da Companhia (com os direitos a elas inerentes) detidos, ou que venham a ser detidos, pelas Partes, suas sucessoras ou cessionárias permitidas, exclusivamente em decorrência de suas ações vinculadas a este Acordo, e (iv) bônus de subscrição e direitos de subscrição de ações de emissão da Companhia (com os direitos a elas inerentes), que venham a ser detidos pelas Partes, suas sucessoras ou cessionárias permitidas, exclusivamente em decorrência de suas ações vinculadas a este Acordo.

Afiladas	Significa, com relação a cada uma das Partes, qualquer pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, a qualquer tempo, Controle, seja Controlada ou que esteja, direta ou indiretamente, sob Controle comum com tal Parte, ou, ainda, a esta coligada.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
CEMIG	Tem o significado atribuído no preâmbulo.
Companhia	TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
Controle	(bem como o verbo " <u>Controlar</u> " e os substantivos " <u>Controlador</u> (a)" e " <u>Controlada(o)</u> ", se houver) significa a titularidade e suas conjugações (direta ou indireta) de direitos de sócio, detidos individualmente ou por grupo de pessoas físicas e/ou jurídicas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum (" <u>Bloco de Controle</u> "), que assegurem, de modo permanente, direta ou indiretamente, (i) a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral, e (ii) o poder de eleger a maioria dos membros do conselho de administração, da diretoria ou outro órgão deliberativo superior, conforme o caso, de uma sociedade.
Conselho de Administração	É o conselho de administração da Companhia.
CVM	Tem o significado atribuído no preâmbulo.
Headhunter	Tem o significado atribuído na Cláusula 9.1.1.
Impasse	Qualquer pendência ou controvérsia oriunda de, ou de qualquer forma relacionada à, interpretação e/ou à execução do presente Acordo, em especial, mas sem limitação, a ocorrência de impasse

na aprovação das matérias previstas nas Cláusulas 6.5 e 8.5 ou rejeição dos eventos ali previstos.

ISA Investimentos	Tem o significado atribuído no preâmbulo.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, como alterada e em vigor.
Lista	Tem o significado atribuído na Cláusula 9.1.2.
Nível 2	Tem o significado atribuído na Cláusula 6.5(m).
Partes	ISA Investimentos e CEMIG, seus sucessores legais, e eventuais cessionários, nos termos deste Acordo.
Parte Permitida	Significa: (i) as sociedades controladas, direta ou indiretamente, por qualquer das Partes; (ii) as sociedades controladoras, diretas ou indiretas, de qualquer das Partes; (iii) qualquer sociedade que seja controlada, direta ou indiretamente, pelos controladores de qualquer das Partes; e (iv) qualquer fundo de investimento, no Brasil ou, ainda, no exterior, administrado ou gerido discricionariamente pelas Partes, ou por qualquer sociedade controlada, sob o mesmo controle ou controladora das Partes.
Parte Relacionada	Significa: (i) as sociedades controladas, direta ou indiretamente, por qualquer das Partes; (ii) as sociedades controladoras, diretas ou indiretas, de qualquer das Partes; (iii) qualquer sociedade que seja controlada, direta ou indiretamente, pelos controladores de qualquer das Partes; (iv) qualquer forma de associação, inclusive <i>joint ventures</i> , consórcios e sociedades em conta de participação da qual, qualquer Parte, suas sociedades controladoras, controladas ou sob o mesmo controle participem com mais de 5% (cinco por cento); e (v) qualquer fundo de investimento, no Brasil ou, ainda, no exterior, administrado ou gerido discricionariamente pelas Partes, ou por qualquer sociedade controlada, sob o mesmo controle ou controladora das Partes.
Plano de Investimentos	É o conjunto das premissas básicas a serem observadas na tomada de decisões sobre a participação da Companhia ou de suas Controladas em processos licitatórios e/ou aquisição de participação em sociedades, consórcios, fundos de investimento, ou qualquer outra estrutura para exploração de linhas de

transmissão no Brasil, dentre as quais: (i) a área de atuação preponderante da Companhia; (ii) a taxa de retorno mínima exigida para os investimentos da Companhia ou de suas Controladas; e (iii) as fontes de recursos para o financiamento do projeto objeto do investimento, por meio (a) da possibilidade de utilização de recursos próprios da Companhia ou, conforme o caso, de suas Controladas, que não exijam novos aportes de capital dos acionistas e, por sua vez, não afetem o recebimento de dividendo mínimo obrigatório da Companhia, ou (b) por meio do estabelecimento de um nível de endividamento máximo da Companhia ou, conforme o caso, de suas Controladas para tal fim.

Regulamento Nível 2	Tem o significado atribuído na Cláusula 6.5(m).
Reestruturação	Tem o significado atribuído na Cláusula 13.3.
Reunião Prévia	Tem o significado atribuído na Cláusula 11.1.
Transferência	(bem como o verbo correlato " <u>Transferir</u> ") significa a venda, cessão, alienação, transferência ou qualquer outra forma de alienação, incluindo incorporação, fusão e cisão, a qualquer título, direta ou indireta, parcial ou total, de qualquer das Ações detidas por qualquer das Partes ou suas Afiliadas ou dos direitos inerentes às Ações, inclusive direitos de prioridade, subscrição ou preferência.
Termo de Compromisso	Tem o significado atribuído no preâmbulo.

2. OBJETO DESTE ACORDO

2.1 O presente Acordo tem por objeto regular as relações e estabelecer os direitos e obrigações das Partes, e, em especial:

- (a) as premissas e os princípios a serem adotados pelas Partes com relação a este Acordo, a Companhia e suas Controladas;
- (b) o exercício do direito de voto na Companhia e em suas Controladas e Coligadas;
- (c) a forma de administração da Companhia e de suas Controladas através do estabelecimento de normas para a atuação de seus órgãos de administração;

- (d) as políticas de capitalização, investimento, financiamento e dividendos da Companhia;
- (e) as regras aplicáveis à oneração e Transferência das Ações;
- (f) o direito de preferência nas subscrições de Ações e outros títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia;
- (g) a forma de solução de controvérsias; e
- (h) fixar normas de caráter geral relacionadas a este Acordo.

2.2 As Partes declaram e reconhecem que o presente Acordo visa regular as suas relações na qualidade de Acionistas da Companhia e também o exercício de suas participações indiretas, através desta, nas Controladas.

2.3 Todas as disposições deste Acordo aplicam-se à Companhia e suas Controladas. Para esse propósito, as Partes obrigam-se a adotar todas as medidas necessárias para que tais disposições sejam aplicáveis às Controladas.

3. AÇÕES VINCULADAS

3.1 Este Acordo vincula as seguintes Ações da Companhia detidas pelas Partes:

Acionista	Quantidade Ações Ordinárias	Percentual do capital votante vinculado ao Acordo de Acionistas
ISA Investimentos	153.775.790	26,03%
CEMIG	215.546.907 ²	36,49%
Total	369.322.697	62,55%

3.2 As Partes obrigam-se a sempre exercer o direito de voto relativo às Ações, em consonância com os termos deste Acordo. Neste sentido, as Partes obrigam-se a votar ou fazer com que seus representantes ou procuradores votem em qualquer assembleia geral da Companhia ou de suas Controladas, de acordo com os termos e condições pactuados pelas Partes. Os votos dados em desacordo com o presente Acordo não serão computados, conforme previsto no parágrafo 8º do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.

4. PREMISSAS E PRINCÍPIOS E CARACTERÍSTICAS DA COMPANHIA

4.1 Premissas e Princípios. As seguintes premissas e princípios fundamentam o presente Acordo e dele fazem parte integrante, devendo orientar a sua implementação e interpretação, assim como orientar as decisões das Partes e o exercício dos direitos de voto nas assembleias gerais e nas reuniões dos administradores da Companhia, conforme o caso, ou, ainda, em quaisquer reuniões em que seja dado às Partes, aos Conselheiros, aos Diretores ou qualquer outro representante da Companhia, o direito de se manifestarem:

- (a) Objetivos da Companhia. Dentre os objetivos da Companhia, está compreendido o de maximizar o retorno financeiro às Partes, na qualidade de acionistas controladores da Companhia, sempre buscando observar os melhores princípios de governança corporativa. Para tanto, as Partes se obrigam a implementar política de distribuição de dividendos na Companhia e em suas Controladas, se houver, de modo a assegurar o maior retorno financeiro possível às Partes, buscando altos níveis de eficiência, produtividade, competitividade e lucratividade, observando, sempre, as regras legais, estatutárias e regulatórias do setor elétrico, os padrões de segurança aos investimentos prioritários e necessários à Companhia e suas Controladas, bem como o fiel cumprimento das obrigações assumidas em contratos de concessão.
- (b) Padrão de Qualidade dos Serviços. A Companhia deverá envidar esforços para que ela e suas Controladas tenham um padrão de qualidade de serviços compatível com os praticados por empresas do mesmo setor reconhecidamente eficientes.
- (c) Conflito de Interesses. Em matérias em que quaisquer conselheiros estiverem em posição de eventual conflito de interesses com relação aos negócios da Companhia tais membros do Conselho de Administração deverão se declarar em situação de conflito de interesses, e, a partir de tal declaração, conforme o caso, (i) estarão impedidos de votar nas reuniões que forem tratar sobre as matérias objeto do conflito de interesses declarado, bem como estarão impedidos de intervir na operação social para qual se declararem em situação de conflito, devendo agir no estrito interesse da Companhia; ou (ii) caso o conflito de interesse declarado esteja relacionado a qualquer ativo, bens ou direitos que qualquer entidade controlada pela ISA ou pela CEMIG e a Companhia estejam disputando simultaneamente (ou seja, em situação de concorrência), tais como: participação em futuros leilões de transmissão, aquisição de participação em sociedades, consórcios, fundos de investimento, ou qualquer outra estrutura para exploração de linhas de transmissão no Brasil, além de estarem impedidos de votar, os conselheiros estarão impedidos de participar das reuniões do Conselho de Administração que forem tratar da matéria objeto do conflito de interesses declarado; nesse caso, o Diretor Presidente deverá estabelecer um conjunto de procedimentos com o objetivo de impedir o fluxo de informações sigilosas relacionadas à matéria a ser deliberada para tais administradores, garantindo a confidencialidade das informações disponíveis em determinadas áreas da Companhia. Verificado o conflito de interesse, os demais conselheiros poderão decidir

sobre a matéria, nos termos estabelecidos no Plano de Investimentos e no estrito interesse da Companhia.

- (d) Gestão Profissional. A gestão dos negócios da Companhia será exercida por profissionais experientes, capacitados e diligentes, que atendam às qualificações necessárias para os cargos por eles ocupados.

4.2 Partes Relacionadas. Além deste Acordo, os contratos com Partes Relacionadas e os programas de opções de aquisição de ações ou de títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia ou que venham a ser firmados pela Companhia ou suas Controladas com Parte Relacionada deverão ser disponibilizados e concluídos em bases estritamente comutativas e em condições de mercado, resguardando-se o interesse social, tal qual fossem contratados com terceiros. A Parte ou o administrador que tiver interesse conflitante com o da Companhia deverá abster-se de votar na deliberação sobre a aprovação de tal contratação.

5. ESTATUTO SOCIAL

5.1 A Companhia reger-se-á (i) por este Acordo, (ii) por seu Estatuto Social, e (iii) pela legislação aplicável e quaisquer alterações subsequentes.

5.2 Em caso de conflito entre o Estatuto Social e este Acordo, o disposto neste Acordo deverá prevalecer em relação às Partes. Nesta hipótese, as Partes farão com que a Companhia convoque, com a maior brevidade possível, uma Assembleia Geral para alterar o Estatuto Social e adaptá-lo aos termos deste Acordo.

6. ASSEMBLEIAS GERAIS

6.1 Reunião. As Assembleias Gerais da Companhia e de suas Controladas reunir-se-ão ordinariamente dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem.

6.2 Convocação. Sem prejuízo do disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral poderá ser convocada por qualquer Parte ou pelo Presidente do Conselho de Administração.

6.3 Mesa. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral elegerá seu Presidente pela maioria de votos dos presentes. O Presidente escolherá, dentre os presentes, o Secretário.

6.4 Exercício do Direito de Voto. As Partes obrigam-se a exercer seus direitos de voto nas Assembleias Gerais da Companhia e fazer com que os representantes da Companhia exerçam seus direitos de voto nas Assembleias Gerais das Controladas, de modo a assegurar a observância e o

fiel cumprimento das disposições contidas no presente Acordo, abstendo-se de votar afirmativamente em qualquer matéria em que não haja consenso entre as Partes em relação às matérias listadas na Cláusula 6.5 abaixo.

6.5 Competência e Quórum de Deliberação. A cada ação ordinária caberá um voto nas Assembleias Gerais da Companhia. As deliberações das Assembleias Gerais da Companhia serão tomadas pelo voto afirmativo de Acionistas titulares da maioria do capital votante da Companhia, não se computando os votos em branco, exceção feita aos casos previstos no Artigo 6º, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia, aos casos em que a lei ou regulamentação aplicável exigir maior quórum e às deliberações com relação às matérias abaixo relacionadas, que somente serão aprovadas com o voto afirmativo dos acionistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das ações com direito a voto da Companhia:

- (a) a aprovação de quaisquer modificações do Estatuto Social da Companhia ou de suas Controladas;
- (b) quaisquer reduções ou aumentos do capital social da Companhia, exceto conforme previsto no artigo 4º, parágrafo primeiro, do Estatuto Social, e as condições, critérios e prazos para subscrição e integralização de quaisquer aumentos do capital social da Companhia;
- (c) a emissão de quaisquer documentos, títulos, bônus de subscrição, ações ou outros valores mobiliários pela Companhia, pública ou privadamente, exceto pelas emissões decorrentes do artigo 4º, parágrafo 1º, do Estatuto Social, e do §1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, de competência do Conselho de Administração, bem como a celebração de acordos, a outorga de opção de compra pela Companhia de quaisquer documentos, títulos, bônus de subscrição, ações ou outros valores mobiliários ou a outorga de quaisquer direitos a terceiros (ou qualquer modificação subsequente dos mesmos), que possa dar direito ao proprietário ou ao beneficiário de subscrever ou adquirir documentos, títulos, bônus de subscrição, ações ou outros valores mobiliários integrantes do patrimônio da Companhia ou de emissão da Companhia;
- (d) a fusão, cisão ou incorporação, inclusive de ações, envolvendo a Companhia e/ou as suas Controladas, a transformação delas em qualquer outro tipo societário, bem como a participação da Companhia e/ou das suas Controladas em qualquer outra forma de reorganização societária e/ou a reestruturação de ativos, negócios ou atividades da Companhia e/ou de suas Controladas;
- (e) a aprovação (i) das demonstrações financeiras anuais da Companhia e das Controladas, (ii) da mudança de critérios contábeis, (iii) do relatório anual da administração, e (iv) da destinação do resultado do exercício;

- (f) a criação de subsidiária integral ou aquisição de controle ou de participação societária em outras sociedades, consórcios, associações e parcerias, bem como a criação de grupos de sociedades ou a participação da Companhia e/ou de suas Controladas em grupos de sociedades, ressalvadas as ações em estrito cumprimento a compromissos vigentes anteriormente assumidos;
- (g) o início de qualquer processo voluntário buscando amparo na lei de falência ou lei similar, a dissolução e a liquidação da Companhia ou de suas Controladas, bem como a nomeação de liquidante ou síndico;
- (h) a eleição ou destituição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia e de suas Controladas;
- (i) a aprovação e modificação dos regimentos internos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia e das Controladas;
- (j) a determinação ou modificação da política de dividendos da Companhia ou de suas Controladas, bem como a distribuição de quaisquer dividendos ou o pagamento de juros sobre o capital próprio;
- (k) a aprovação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia e da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, bem como da distribuição de lucros e resultados, observado o disposto na Cláusula 13.1 deste Acordo;
- (l) a aprovação do cancelamento do registro de companhia aberta;
- (m) a aprovação da descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa constantes do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do segmento especial de listagem denominado Nível 2 (“Regulamento Nível 2” e “Nível 2”, respectivamente) da B3;
- (n) a escolha da empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Regulamento Nível 2; e
- (o) a criação de novas Diretorias, alteração ou extinção das Diretorias da Companhia previstas na Cláusula 9.1.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

7.1 Administração. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, conforme previsto neste Acordo e no Estatuto Social.

7.2 Capacitação. As Partes comprometem-se a fazer com que a administração da Companhia e de suas Controladas seja exercida por profissionais experientes, diligentes e capacitados, que atendam às qualificações necessárias para os cargos ocupados, observadas as disposições do presente Acordo e do Estatuto Social da Companhia.

7.3 Fiscalização. Qualquer das Partes poderá fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a contabilidade da Companhia e de suas Controladas, solicitar informações sobre documentos de interesse da Companhia e de suas Controladas e apreciar os resultados mensais das operações da Companhia.

7.4 Comitês. Todos os Comitês com funções técnicas e/ou consultivas serão obrigatoriamente compostos por membros indicados pela ISA Investimentos e pela CEMIG, de forma paritária.

8. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

8.1 Composição. A Companhia terá um Conselho de Administração composto por 13 (treze) membros, para mandato de 1 (um) ano, renováveis, cabendo à ISA Investimentos indicar 4 (quatro) membros e à CEMIG indicar 5 (cinco) membros, sendo certo que o Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Parte que detiver o maior número dentre as Ações ordinárias detidas pelas Partes. Os 4 (quatro) membros restantes serão independentes, eleitos em conformidade com os itens 5.3, 5.3.1 e 5.3.2 do Regulamento Nível 2 e com o artigo 15, Parágrafo Terceiro do Estatuto Social da Companhia, os quais serão indicados em igual proporção pelas Partes.

8.1.1 Caso haja qualquer alteração no percentual de participação das Partes no capital social votante vinculado ao Acordo da Companhia, o número de membros não independentes do Conselho de Administração a ser indicado por cada Parte previsto no item 8.1 acima deverá ser alterado, de forma a refletir, proporcionalmente, o novo percentual de participação das Partes no capital social votante vinculado ao Acordo da Companhia, mantido o número de 9 (nove) membros não independentes. Dessa forma, cada lote de Ações representativas de 11,11% (onze vírgula onze por cento) do capital social votante vinculado ao Acordo da Companhia confere ao Acionista titular do lote o direito de indicar e eleger 1 (um) membro não independente para o Conselho de Administração.

8.1.1.1 Observado o número de membros não independentes do Conselho de Administração previsto na Cláusula 8.1 acima, na hipótese de um Acionista deter participação que totalize percentuais entre intervalos de fração de 11,11% (onze vírgula onze por cento) do capital

social votante vinculado ao Acordo da Companhia, deverá ser observada a respectiva fração deida por tal Acionista: (a) se superior a 5,56% (cinco vírgula cinquenta e seis por cento) o Acionista terá o direito de indicar e eleger um membro não independente adicional para compor o Conselho de Administração; e (b) se, por outro lado, o Acionista for titular de uma fração inferior a 5,56% (cinco vírgula cinquenta e seis por cento) do capital social votante da Companhia, tal Acionista não terá o direito de indicar e eleger o respectivo membro não independente adicional.

8.1.1.2 Na hipótese de alteração no percentual de participação das Partes no capital social votante da Companhia, conforme previsto na Cláusula 8.1.1 acima, o número de membros do Conselho de Administração da Companhia a ser indicado por cada uma das Partes não poderá ser superior a 7 (sete) membros, exceto no caso previsto na Cláusula 8.1.1.3 abaixo.

8.1.1.3 Caso, cumulativamente, a eleição de membros do Conselho de Administração (a) se realize por meio de quaisquer dos mecanismos previstos no artigo 141 e parágrafos da Lei das Sociedades por Ações, e (b) resulte no desequilíbrio da representação de cada uma das Partes conforme proporção estabelecida na Cláusula 8.1.1 acima; as Partes se obrigam a aprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da referida eleição, uma alteração do Estatuto Social da Companhia para (i) recompor o referido equilíbrio; e/ou (ii) alterar o quórum previsto na Cláusula 8.5; de forma a garantir ao Bloco de Controle a aprovação das matérias listadas na Cláusula 8.5 independentemente do voto de outros membros do Conselho de Administração indicados pelos acionistas minoritários. Caso necessário, ato subsequente à alteração do Estatuto Social da Companhia, as Partes deverão convocar uma assembleia geral de acionistas da Companhia para aprovar uma nova eleição de membros do Conselho de Administração em até 30 (trinta) dias após a referida alteração estatutária.

8.2 Reunião. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado na forma da lei ou pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quaisquer 2 (dois) de seus membros. Tal convocação deverá ser enviada, por escrito, a todos os demais Conselheiros, pelo menos 08 (oito) dias úteis antes da data fixada para a reunião, em primeira convocação, e até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a segunda convocação.

8.3 Instalação. As Reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença de, no mínimo, 8 (oito) membros ou, em segunda convocação,

observado novamente o procedimento de convocação previsto na Cláusula 8.2, com a presença de pelo menos 7 (sete) Conselheiros.

8.4 Representação. Qualquer Conselheiro terá o direito de ser representado nas Reuniões do Conselho de Administração por outro Conselheiro por ele apontado como substituto, desde que (i) o substituto tenha sido indicado pela mesma Parte que houver indicado o substituído, e (ii) tenham sido outorgados ao substituto poderes para a representação do substituído.

8.5 Competência e Quórum de Deliberação. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria absoluta dos Conselheiros presentes, exceção feita às deliberações com relação às matérias abaixo relacionadas, que dependerão, para sua implementação, da aprovação de, no mínimo, 9 (nove) membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo que neste caso será necessário, como mínimo, o voto de 1 (um) dos membros não-independentes do Conselho de Administração eleitos por cada uma das Partes, conforme estabelecido na cláusula 8.1 acima:

- (a) a aprovação: (I) ao final do exercício social imediatamente anterior, do Plano Plurianual de Negócios, compreendendo um período de 05 (cinco) anos, e do Orçamento Anual da Companhia e das Controladas para o exercício seguinte, o qual deverá compreender, entre outros, em bases anuais no caso do Plano Plurianual de Negócios, e em bases mensais no caso do Orçamento Anual: (i) as receitas, custos e despesas; (ii) os planos de investimentos de capital; (iii) as captações e amortizações de financiamentos; (iv) os dividendos e/ou juros sobre capital próprio; (v) os movimentos estratégicos; e (vi) os programas de manutenção de suas instalações; e (II) das modificações do Plano Plurianual de Negócios e do Orçamento Anual, observando-se que a não aprovação do Plano Plurianual de Negócios em um determinado exercício implicará na adoção provisória, até que o Plano Plurianual de Negócios respectivo seja aprovado, da previsão de Orçamento Anual para cada exercício contida no último Plano Plurianual de Negócios que tenha sido aprovado pelos Acionistas, cujos valores serão corrigidos, para esse efeito, pela variação do IGPM/FGV entre a data da aprovação do último Plano Plurianual de Negócios e o início do exercício para o qual será utilizado de forma provisória a previsão de Orçamento Anual;
- (b) quaisquer aumentos de capital social da Companhia e as condições, critérios e prazos para subscrição e integralização de quaisquer aumentos de capital social da Companhia, dentro do capital autorizado, previsto no Artigo 4º, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia;
- (c) a contratação de empréstimos e financiamentos pela Companhia, inclusive mediante a emissão de títulos de crédito ou instrumentos financeiros similares, assim como a concessão de garantias pela Companhia, que exceda o valor equivalente a 0,5% do patrimônio líquido da Companhia constante das últimas Demonstrações Financeiras

auditadas da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;

- (d) a celebração, alteração, modificação, rescisão ou renovação de contratos de concessão ou permissão pela Companhia ou pelas suas subsidiárias e Controladas;
- (e) a celebração, sempre por proposta da Diretoria, de qualquer contrato, acordo ou negócio que importe em contrair obrigação que exceda o valor equivalente a 0,5% do patrimônio líquido da Companhia constante das últimas Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;
- (f) a (i) aquisição, liquidação, alienação, venda, locação, oneração, outorga de garantia real ou fidejussória, cessão, doação, transferência ou outra disposição em qualquer exercício social, de qualquer bem, direitos, ativos ou participação societária detidos pela Companhia, ou (ii) celebração de qualquer acordo ou contrato que disponha sobre pagamentos, recebimentos ou assunção de obrigações de qualquer natureza, que, em qualquer das hipóteses desta alínea (f), excedam o valor equivalente a 0,5% do patrimônio líquido da Companhia constante das últimas Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;
- (g) a concessão de garantia de qualquer natureza e/ou a assunção de obrigações em nome ou em benefício de terceiros e/ou de quaisquer dos Acionistas ou qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, seja Parte Relacionada a qualquer dos Acionistas, qualquer que seja o valor, vedada a concessão de garantias que não sejam relacionadas às atividades fins da Companhia;
- (h) a celebração, pela Companhia ou suas subsidiárias ou Controladas, de quaisquer acordos, negócios ou associações comerciais ou arranjos de qualquer natureza, e a celebração de quaisquer contratos ou acordos (e quaisquer subsequentes modificações dos mesmos) com Partes Relacionadas, e a resolução dos mesmos pela Companhia ou por suas subsidiárias ou Controladas, qualquer que seja o valor;
- (i) a associação da Companhia e/ou de suas Controladas, sob qualquer forma, com outras sociedades, inclusive a realização de um empreendimento conjunto ou de consórcio.
- (j) a atribuição e delegação de poderes adicionais à Diretoria da Companhia, de suas subsidiárias ou Controladas;
- (k) a eleição e destituição da Diretoria da Companhia e de suas subsidiárias ou Controladas, respeitadas as disposições constantes deste Acordo;

- (l) a abertura e estabelecimento de filiais, escritórios, postos de serviço, agências ou depósitos ou quaisquer outros estabelecimentos da atividade da Companhia;
- (m) a distribuição da remuneração global fixada pela Assembleia Geral da Companhia entre os membros de seu Conselho de Administração e de sua Diretoria;
- (n) a autorização à aquisição de ações e debêntures emitidas pela Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes e este Acordo;
- (o) aprovação da orientação do voto a ser proferido pela Companhia na qualidade de acionista de suas subsidiárias ou Controladas, ou a ser proferido pelos integrantes do conselho de administração das subsidiárias ou Controladas indicados pela Companhia, no caso das matérias previstas neste item 8.5;
- (p) as declarações de voto em quaisquer assembleias gerais de quaisquer subsidiárias ou Controladas e sociedades em que a Companhia seja acionista, assim como a orientação de voto em quaisquer reuniões dos Conselhos de Administração de tais sociedades, sendo que, ainda no âmbito de tais sociedades, não dependerão de declaração ou orientação de voto do Conselho de Administração da Companhia quaisquer deliberações envolvendo as matérias previstas nas alíneas nos itens (c), (e) e (f) desta Cláusula 8.5 quando o valor envolvido for inferior ao montante de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;
- (q) a instituição e extinção de Comitês com funções técnicas e/ou consultivas, tais como Comitês de Gestão e Recursos Humanos, Finanças, Auditoria e Novos Negócios da Companhia, sendo sua competência definir atribuições, especificidades com relação às deliberações e eleger os membros que comporão esses Comitês;
- (r) a manifestação favorável ou contrária a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- (s) a escolha e destituição de auditores independentes da Companhia;

- (t) a deliberação sobre o pedido de licença temporária de Diretores e a designação de seu(s) substituto(s), que cumulará(ão) interinamente as funções do substituído(s);
- (u) a aprovação do Código de Ética da Companhia;
- (v) a aprovação do regimento interno da Companhia;
- (x) a fixação da lista triíplice de instituições a ser apresentada à Assembleia Geral da Companhia para preparação do laudo de avaliação das ações de emissão da Companhia, para fins de descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Regulamento Nível 2 e cancelamento de registro de companhia aberta, nos termos do Capítulo VII do Estatuto Social da Companhia; e
- (z) a definição da firma especializada em contratação de executivos, que será responsável pelo processo de seleção (i) do Diretor Presidente, do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e do Diretor de Implantação e, (ii) nos casos em que não seja possível a escolha dos demais Diretores nos termos deste Acordo de Acionistas, dos demais Diretores.

8.5.1 Não cumpridos os requisitos para o quórum mínimo qualificado previstos na Cláusula 8.5 acima, a Companhia será obrigada a considerar a matéria como rejeitada, devendo ficar consignado na ata do Conselho de Administração a rejeição da matéria com o voto dos 9 (nove) membros não-independentes do Conselho de Administração, vinculados a este Acordo.

8.6 Orientação de Voto. As Partes instruirão seus indicados no Conselho de Administração da Companhia e de suas Controladas a votarem em consonância com a Cláusula 8.5 acima, e com a letra e espírito deste Acordo, e afastarão e substituirão quaisquer desses indicados que atuarem de forma discrepante às instruções recebidas.

8.7 Destituição. A Parte que tiver indicado um determinado membro do Conselho de Administração da Companhia ou de suas Controladas poderá também pleitear, a qualquer tempo, a destituição e a substituição de referido membro, hipótese em que as demais Partes deverão votar no mesmo sentido que a Parte que apresentou a solicitação de destituição.

8.7.1 Em caso de vacância no cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, suas funções serão exercidas por outro Conselheiro que tiver sido indicado pela mesma Parte que teve seu cargo no Conselho de Administração vago, sendo que, na primeira Assembleia Geral a se realizar após o evento, tal Parte terá o direito de indicar o membro substituto, devendo a outra Parte votar no mesmo sentido que aquela Parte prejudicada pela vacância.

8.7.2 Na hipótese de qualquer dos membros do Conselho de Administração da Companhia ou das Controladas indicados pelas Partes atuar de forma contrária a este Acordo, as Partes e a Companhia obrigam-se a adotar providências e a votar no sentido de: (a) destituir o membro do Conselho de Administração da Companhia e/ou das Controladas; (b) eleger, no menor prazo possível, não excedendo a 30 (trinta) dias contados da solicitação expressa mencionada no item (a) acima, novo membro para o Conselho de Administração da Companhia e/ou das Controladas, de forma a restabelecer a composição do Conselho de Administração em questão, a ser indicado pela Parte que havia indicado o Conselheiro destituído; e (c) quando o ato destinar-se a produzir efeitos perante terceiros, instruir seus representantes e os novos representantes, eleitos em substituição aos destituídos, na forma dos itens (a) e (b), acima, no sentido de atuarem de maneira a, tanto quanto possível, desfazerem os atos praticados em razão dos votos proferidos pelo representante substituído.

9. DIRETORIA

9.1 Composição. A Companhia terá uma Diretoria composta por 06 (seis) Diretores, residentes no Brasil, para um mandato unificado de 02 (dois) anos, destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a reeleição de seus membros, no todo ou em parte, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor Jurídico e Regulatório, um Diretor de Negócios e Gestão de Participações, um Diretor de Implantação e um Diretor Técnico.

9.1.1 O Diretor Jurídico e Regulatório, o Diretor de Negócios e Gestão de Participações e o Diretor Técnico deverão ser escolhidos entre os empregados ativos ou inativos da CEMIG, de suas controladas ou de suas Afiliadas que tenham exercido cargo gerencial ou da administração, por um período mínimo de 5 (cinco) anos, na especialidade requerida. Não sendo possível a escolha entre os antes mencionados, será facultado à CEMIG e à ISA Investimentos, indicar profissionais que possuam notória experiência, nos últimos 5 (cinco) anos, no setor elétrico, os quais deverão, obrigatoriamente, ser contratados no mercado, via agência especializada em contratação de executivos (“Headhunter”).

9.1.2 O Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e o Diretor de Implantação deverão obrigatoriamente (i) ser profissionais que possuam notória experiência no setor elétrico e/ou no setor financeiro e/ou de investimentos; e (ii) ser contratados no mercado, via Headhunter.

9.1.3 No final do processo de contratação conduzido pelo Headhunter, este deverá apresentar ao Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos uma lista com, no mínimo, 03 (três) profissionais que atendam aos requisitos de cada um dos cargos, conforme determinados pelo Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos da Companhia (“Lista”).

9.1.4 Caberá ao Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos a indicação de um dos nomes contidos na Lista para que seja submetido ao Conselho de Administração e eleito em consonância com a Cláusula 8.5 (j) deste Acordo.

9.1.5 Caso ocorra um impasse no Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos quanto ao nome contido na Lista a ser submetido para deliberação do Conselho de Administração para a função de Diretor Presidente, tal Diretor deverá ser escolhido pelos representantes da CEMIG no Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos.

9.1.6 Caso ocorra um impasse no Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos quanto ao nome contido na Lista a ser submetido para deliberação do Conselho de Administração para a função de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, tal Diretor deverá ser escolhido pelos representantes da ISA Investimentos no Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos.

9.1.7. A escolha do Diretor de Implantação será realizada com o apoio de uma firma de Headhunter. O Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos e o Headhunter definirão em conjunto o perfil e os critérios de seleção para o cargo de Diretor de Implantação, sendo que este deverá ser selecionado dentre profissionais que possuam notória experiência, nos 5 (cinco) últimos anos, no setor elétrico e na gestão de implantação de projetos de transmissão. O resultado da seleção feita pelo Headhunter será avaliado pelo Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos, que, em seguida, submeterá 3 (três) nomes, com suas recomendações, para deliberação e escolha do Diretor de Implantação pelo Conselho de Administração.

9.1.8. Para os fins da seleção dos diretores na forma prevista nesta Cláusula 9, a escolha do Headhunter pelo Conselho de Administração sempre se fará mediante processo competitivo, observados critérios de experiência, capacidade técnica, custo e transparência. As Partes e o Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos poderão fornecer à área de suprimentos da Companhia uma lista de Headhunters de reconhecidas experiência e idoneidade. As Partes aclaram que o processo de seleção com Headhunter não será necessário quando se tratar de recondução de Diretor para o cumprimento de mandato subsequente.

9.1.9 Os Diretores da Companhia exercerão as funções conforme previsto em seu Estatuto Social e, adicionalmente, de acordo com as atribuições definidas pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos.

9.1.10 Fica desde já estabelecido que no caso de qualquer Diretoria que vier a ser criada, a escolha do Diretor respectivo se dará obrigatoriamente pelo processo de seleção por meio de Headhunter. No final do processo de contratação o Headhunter deverá apresentar ao Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos uma lista com, no mínimo, 03 (três) profissionais que atendam aos requisitos do cargo, conforme determinado pelo Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos da Companhia ("Lista").

9.2 Representação. A Diretoria terá poderes de gestão interna e de representação da Companhia, observadas as disposições legais, bem como as deliberações e orientações do Conselho de Administração e demais cláusulas e condições deste Acordo.

9.3 Competência. Compete à Diretoria:

- (a) exercer os poderes de administração geral e a gestão das atividades da Companhia, exceto aqueles cuja competência esteja reservada ao Conselho de Administração e/ou à Assembleia Geral da Companhia;
- (b) zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral da Companhia;
- (c) elaborar e propor ao Conselho de Administração da Companhia os planos de negócio e programas de investimentos, bem como os orçamentos anuais e plurianuais de capital e operacional da Companhia a serem submetidos ao seu Conselho de Administração;
- (d) elaborar e submeter ao Conselho de Administração da Companhia, em cada exercício, o relatório da administração e as demonstrações financeiras a serem submetidas à Assembleia Geral da Companhia;
- (e) autorizar a contratação de empréstimos e financiamentos pela Companhia e suas subsidiárias e Controladas, inclusive mediante a emissão de títulos de crédito ou instrumentos financeiros similares, de valor igual ou inferior a 0,5% do patrimônio líquido da Companhia constante das últimas Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;
- (f) propor ao Conselho de Administração a abertura de filiais, agências, escritórios, postos de serviço ou depósitos da Companhia;
- (g) constituir procuradores *ad negocia* e *ad judicia*;
- (h) autorizar a celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio que importe em contrair obrigação pela Companhia ou suas subsidiárias ou Controladas, bem como a concessão de garantias, pela Companhia ou por suas subsidiárias ou Controladas, de valor igual ou inferior a 0,5% do patrimônio líquido da Companhia constante das últimas Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;
- (i) autorizar a (a) aquisição, liquidação, alienação, venda, locação, oneração, outorga de garantia real ou fidejussória, cessão, doação, transferência ou outra disposição em

qualquer exercício social, de qualquer bem, direitos, ativos ou participação societária detido pela Companhia ou pelas suas Controladas ou subsidiárias, ou (b) a celebração de qualquer acordo ou contrato que disponha sobre pagamentos, recebimentos ou assunção de obrigações de qualquer natureza, que, em qualquer das hipóteses deste item (b), seja de valor igual ou inferior a 0,5% do patrimônio líquido da Companhia constante das últimas Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;

- (j) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, na forma deste Acordo e do Estatuto Social da Companhia;
- (k) fiscalizar a aplicação do Código de Ética da Companhia aprovado por seu Conselho de Administração; e
- (l) autorizar a prática, pelas sociedades das quais a Companhia seja acionista, dos atos previstos nos itens (e), (h) e (i) deste artigo, sempre que tais atos envolverem valor igual ou inferior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

9.4 Vedação a Diretorias Não Estatutárias. As Partes concordam que é vedada a criação de Diretorias não estatutárias na Companhia.

10. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DAS CONTROLADAS

10.1 Sempre que possível, e a critério das Partes, a composição, funcionamento e deliberação do Conselho de Administração e Diretoria das Controladas obedecerá ao disposto neste Acordo, podendo ser eleitas para integrar os Conselhos de Administração e as Diretorias das Controladas as mesmas pessoas eleitas pelas Partes para o Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, respectivamente.

10.2 As Diretorias das Controladas serão compostas pelo número de membros que melhor atenda às necessidades das respectivas Controladas, conforme deliberado pelas Partes, observadas as proporções e condições estabelecidas nas Cláusulas 9.1 e 10.1 desse Acordo.

10.3 No que couberem, as mesmas regras serão aplicadas em relação às demais companhias e sociedades em que a Companhia tenha direito a indicar membros da administração.

11. DAS REUNIÕES PRÉVIAS

11.1 Anteriormente a qualquer Assembleia Geral ou reunião do Conselho de Administração da Companhia, as Partes - por seus representantes legais ou por procuradores devidamente constituídos, na forma da lei, com poderes específicos para discutir e deliberar sobre as matérias

constantes da ordem do dia - obrigam-se a comparecer a uma reunião prévia (“Reunião Prévia”) para o fim de estabelecer seu voto comum na Assembleia Geral ou sua orientação comum de voto aos membros do Conselho de Administração da Companhia.

11.1.1 A Reunião Prévia à reunião do Conselho de Administração da Companhia será convocada por qualquer das Partes com antecedência de 02 (dois) dias úteis, exceto se menor antecedência for previamente acordada por todas as Partes. No caso de Reunião Prévia à Assembleia Geral da Companhia, esta será convocada pelo administrador (ou administradores) da Companhia que tiver(em) competência para convocar a Assembleia Geral, ou por qualquer das Partes, com, no mínimo, 04 (quatro) dias úteis de antecedência. A convocação deverá: (a) fixar a data, hora, local e pauta da Reunião Prévia; (b) ser instruída com os documentos pertinentes às deliberações a serem tomadas; e (c) ser efetuada nas formas previstas neste Acordo.

11.1.2 As Reuniões Prévias poderão ser instaladas sempre que comparecerem Partes em número suficiente para adotar a deliberação pretendida. Em regra, as matérias serão aprovadas em Reunião Prévia desde que contem com os votos afirmativos que representem mais da metade do capital da Companhia detido pelas Partes, ressalvadas as matérias previstas nos itens 6.5 e 8.5, para as quais os quóruns de aprovação serão os mesmos que os estabelecidos neste Acordo.

11.1.3 As Partes se comprometem a exercer seu direito de voto na Reunião Prévia cuja ordem do dia seja a eleição de membros da Diretoria da Companhia de modo a assegurar a eleição e/ou destituição dos referidos membros da Diretoria conforme indicados nos termos da Cláusula 9.1 e seguintes.

11.1.4 Está dispensada a realização de Reunião Prévia caso esta não ocorra: (i) em razão da sua não convocação por qualquer das Partes; ou, alternativamente, (ii) pela não oposição de qualquer das Partes à sua não realização até o fim da respectiva Assembleia Geral e/ou reunião do Conselho de Administração, sendo que tal dispensa não implica em renúncia aos quóruns previstos nas Cláusulas 6.5 e 8.5 acima.

12. POLÍTICA DE CAPITALIZAÇÃO E FINANCIAMENTO DA COMPANHIA E DAS CONTROLADAS

12.1 Os recursos necessários à implementação das atividades da Companhia e das Controladas e subsidiárias serão obtidos através de aportes ao capital social pelas Partes, na proporção de suas respectivas participações, bem como de financiamentos.

12.2 As Partes deverão aprovar os aumentos de capital nos prazos e nos valores necessários para (a) prover a Companhia dos recursos necessários à consecução dos objetivos da Companhia

e de suas Controladas, e (b) permitir o cumprimento das obrigações financeiras assumidas pelas Partes e pela Companhia.

12.3 A Parte que não cumprir com suas obrigações de capitalização da Companhia, nos montantes, prazos e condições a serem futuramente definidos e aprovados nos termos deste Acordo, ficará sujeita às penalidades abaixo:

- (a) diluição de sua participação no capital social da Companhia, na proporção da obrigação não cumprida;
- (b) ressarcimento de eventuais custos e encargos financeiros comprovadamente incorridos, em valores e taxas de mercado então vigentes, daí decorrentes, em favor da Parte adimplente que cumprir a obrigação da Parte inadimplente ou da Companhia, em relação ao valor relativo à obrigação da Parte inadimplente;
- (c) suspensão de seus direitos de voto nas reuniões do Conselho de Administração e Assembleias Gerais em relação à totalidade de suas Ações, enquanto durar a inadimplência, sem prejuízo do disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (d) suspensão de seu Direito de Preferência em relação às Ações não integralizadas.

12.4 A Parte que não adimplir com as demais obrigações de natureza pecuniária a que se obrigaram neste Acordo (inclusive Cláusula 12.2), ficará sujeita às penalidades abaixo:

- (a) diluição de sua participação no capital social da Companhia, na proporção da obrigação não cumprida;
- (b) multa de 10% (dez por cento), calculada com base no valor do aporte devido, em favor da Parte adimplente que cumprir a obrigação da Parte inadimplente;
- (c) ressarcimento de eventuais custos e encargos financeiros comprovadamente incorridos, em valores e taxas de mercado então vigentes, daí decorrentes, em favor da Parte adimplente que cumprir a obrigação da Parte inadimplente ou da Companhia, em relação ao valor relativo à obrigação da Parte inadimplente; e
- (d) suspensão de seus direitos de voto nas reuniões do Conselho de Administração e Assembleias Gerais em relação à totalidade de suas Ações, bem como dos Conselheiros indicados por esta Parte inadimplente, enquanto durar a inadimplência, sem prejuízo do disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações.

13. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DAS PARTES

13.1 Dividendos Mínimos. As Partes se comprometem a praticar todos os atos necessários e votar favoravelmente para que os Acionistas da Companhia tenham direito a um dividendo de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ajustado do exercício, nos termos do Artigo 202 da Lei das S.A., ressalvadas as disposições constantes dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia que possam implicar na aceleração ou vencimento antecipado das respectivas dívidas.

13.2 Manutenção da Companhia no mínimo no Nível 2 da B3. Os Acionistas se comprometem a tomar todas as medidas necessárias à manutenção permanente, durante a vigência deste Acordo, da Companhia na condição de companhia com ações listadas e negociadas no mínimo no Nível 2 da B3, incluindo, mas sem limitação, a recomposição do percentual mínimo de ações em circulação, qual seja 25% (vinte e cinco por cento) do total do capital social da Companhia, nos termos do artigo 8.5 do Regulamento Nível 2 da B3, através da emissão primária ou secundária de ações de emissão da Companhia, sendo assegurado à CEMIG o direito de preferência, proporcionalmente à sua participação no capital social da Companhia, para subscrição de ações objeto de emissão primária de ações. Adicionalmente, mesmo que não seja possível, por qualquer razão a manutenção da Companhia no Nível 2 do Regulamento Nível 2, qualquer iniciativa com o objetivo de cancelamento de registro ou fechamento de capital da Companhia somente terá eficácia caso conte, em Assembleia Geral da Companhia, com voto afirmativo de todas as Partes, incluindo CEMIG, ISA Investimentos, e/ou seus sucessores.

13.2.1 Na hipótese de emissão de ações da Companhia, esta deverá prever, em cada caso, o tratamento que deverá ser dado às sobras de ações não subscritas, a fim de garantir que a CEMIG preserve a sua participação no capital social da Companhia.

14. ONERAÇÃO DE AÇÕES

14.1 As Partes não poderão constituir penhor, usufruto, caução ou qualquer outra forma de gravame, ônus ou garantia, de forma direta ou indireta, sobre suas Ações, exceto mediante autorização escrita, previamente firmada pela outra Parte, sob pena de tal oneração ser considerada nula perante a Companhia, a qual se absterá de realizar qualquer averbação nesse sentido nos livros de registro de ações da Companhia.

14.2 Em caso de arresto, sequestro ou penhora, de qualquer das Ações, se a Parte responsável não requerer ao Juízo a imediata substituição do arresto, sequestro ou penhora por outra garantia, terá que oferecer suas Ações à outra Parte, observados os procedimentos de direito de preferência previstos neste Acordo. Os recursos utilizados para a compra das Ações objeto de arresto, sequestro ou penhora serão utilizados para promover a imediata liberação da penhora em questão.

14.2.1 Para fins do cumprimento da Cláusula 14.2 acima, caso as Ações sujeitas a gravame venham a ser de qualquer maneira objeto de constrição judicial, fica desde já a

outra Parte autorizada, inclusive com poderes da cláusula *ad judicium*, a ingressar em juízo para fins de solicitar a substituição das ações constritas por dinheiro, sendo que o montante depositado em juízo para fins de liberação das respectivas ações será abatido do preço a ser pago pelas Ações que, uma vez liberadas, serão diretamente transferidas à Parte que providenciou a substituição das Ações por depósito em dinheiro.

15. ALIENAÇÃO DE AÇÕES

15.1 Restrição à alienação. As Partes somente poderão transferir quaisquer das suas Ações se tal Transferência for realizada conforme os termos e condições contidos neste Acordo. Na hipótese prevista na Cláusula 15.9 deste Acordo, não se aplicará o Direito de Preferência e o Direito de Venda Conjunta aqui previstos, assim como não serão permitidas Transferências parciais de Ações, ressalvado o disposto na Cláusula 15.2 abaixo.

15.2 Direito de Preferência. Exceto conforme previsto na Cláusula 15.9 abaixo, caso qualquer Parte deseje Transferir Ações que detenha na Companhia ("Parte Vendedora"), deverá Transferir a totalidade e não menos que a totalidade das Ações ("Ações Ofertadas"), observado o disposto nesta Cláusula. A Parte Vendedora deverá, antes de qualquer Transferência a terceiros, oferecer primeiro as Ações Ofertadas à outra Parte ("Parte Não-Vendedora"), a qual terá direito de preferência na aquisição de todas, e não menos do que todas, as Ações Ofertadas pela Parte Vendedora, nos mesmos termos e condições constantes de oferta firme formulada por terceiro interessado ("Oferta"), proporcionalmente à sua participação no capital da Companhia, sem considerar a participação da Parte Vendedora. O não exercício do Direito de Preferência pela Parte Não-Vendedora, implicará na reversão para as demais Partes Não-Vendedoras, se houver, das parcelas das Ações Ofertadas rejeitadas, proporcionalmente à sua participação no capital da Companhia, sem considerar a participação da Parte Vendedora e das demais Partes Não-Vendedoras, se houver, que tenham deixado de exercer o Direito de Preferência.

15.3 Notificação de Oferta. Para tanto, a Parte Vendedora notificará, por escrito, o Presidente do Conselho de Administração da Companhia com cópia à outra Parte acerca de sua intenção de Transferir suas Ações ("Notificação"), especificando os termos e condições da Oferta, que para ser válida, deverá obrigatoriamente satisfazer todos os seguintes requisitos:

- (a) indicar o nome e endereço do ofertante comprador;
- (b) indicar a quantidade total de Ações Ofertadas que o ofertante comprador pretende adquirir;
- (c) indicar o preço e as condições de pagamento (inclusive critério de correção monetária e taxa de juros, se houver);

- (d) conter declaração do ofertante comprador de que a proposta é firme, irrevogável e irretratável durante seu prazo;
- (e) conter obrigação do ofertante comprador, se terceiro, de forma irrevogável e irretratável, de aderir ao presente Acordo concomitantemente ao fechamento da Oferta e como condição para sua transcrição nos livros sociais da Companhia;
- (f) conter declaração expressa da Parte Vendedora de que aceita irrevogavelmente a Oferta, ressalvado apenas o direito de preferência da Parte Não-Vendedora; e
- (g) conter declaração do ofertante comprador de que tem pleno conhecimento deste Acordo.

15.4 Prazo de Preferência. A Parte Não-Vendedora que desejar exercer seu direito de preferência na aquisição das Ações Ofertadas deverá, dentro de 90 (noventa) dias contados do recebimento da Notificação, informar ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia e à Parte Vendedora, por escrito, por carta protocolada, se deseja ou não adquirir a totalidade das Ações Ofertadas ("Prazo de Preferência"). A Parte Não-Vendedora deverá adquirir todas as Ações Ofertadas dentro de 60 (sessenta) dias contados de sua comunicação nesse sentido, no caso de desejar adquiri-las. A falta de resposta positiva expressa por parte de uma Parte Não-Vendedora dentro do Prazo de Preferência será considerada renúncia por parte desta Parte Não-Vendedora ao seu direito de preferência.

15.5 Proporcionalidade. A Parte Não-Vendedora somente poderá exercer seu respectivo direito de preferência na aquisição de Ações da Companhia, conforme disposto nesta Cláusula 15, caso concorde(m) em adquirir todas as Ações Ofertadas.

15.6 Transferência a Terceiro. Caso a Parte Não-Vendedora não adquira as Ações Ofertadas dentro dos prazos acima determinados, a Parte Vendedora terá o direito de Transferir a totalidade das Ações Ofertadas ao terceiro autor da Oferta, desde que a Transferência a tal terceiro seja efetuada pelo mesmo preço, termos e condições da Oferta e desde que a Transferência ocorra dentro de 60 (sessenta) dias a contar da data em que a Parte Não-Vendedora renunciar ao direito de preferência nos termos desta Cláusula 15, ou expirar-se o prazo previsto na Cláusula 15.4 acima. Na hipótese de a Transferência não ser efetivada dentro deste prazo e da Parte Vendedora ainda desejar Transferir suas Ações, deverá submeter novamente a Transferência aos procedimentos estabelecidos nesta Cláusula 15.

15.7 Solidariedade. No caso de haver Transferência de Ações, a Parte Vendedora deverá, ainda, permanecer responsável pelas garantias e contragarantias que houver outorgado na qualidade de Acionista, até aprovação formal da substituição de tais garantias e contragarantias pelo novo acionista.

15.8 Adesão do Adquirente. Em qualquer caso, qualquer terceiro que venha a adquirir Ações deverá, necessariamente, aderir, por escrito, a este Acordo. A assinatura deste Acordo é condição prévia essencial para que referido adquirente se torne acionista da Companhia. Novos acionistas ficarão automaticamente sujeitos às restrições e direitos estabelecidos nesta Cláusula 15 e a todas as demais disposições contidas neste Acordo.

15.9 Transferências Permitidas. As Partes reconhecem expressamente que as disposições contidas na presente Cláusula não se aplicam aos casos de Transferência de Ações em favor de uma Parte Permitida do Acionista ("Acionista Original"), desde que (a) cedente e cessionário concordem em ser solidariamente vinculados e responsáveis por todas as obrigações estabelecidas neste Acordo, no seu respectivo Anexo I e/ou em outros contratos ou documentos relacionados à Companhia, (b) o cessionário venha a aderir a este Acordo, por escrito, e (c) todas as autorizações governamentais e de terceiros eventualmente necessárias para implementar a Transferência das Ações sejam obtidas.

15.9.1 Nas Transferências a uma ou mais Partes Permitidas por um Acionista Original, conforme previsto nesta Cláusula 15.9, o Acionista Original e a(s) cessionária(s) serão, para todos os fins deste Acordo, considerados, como sendo um único Acionista e terão os direitos e obrigações conferidos ao Acionista Original na data da Transferência.

15.10 Direito de Preferência – Subscrição. As Partes terão preferência na subscrição de ações ou quaisquer participações acionárias da Companhia, ou quaisquer direitos, opções, garantias ou outros instrumentos permutáveis ou conversíveis pelas referidas ações ou participações acionárias, em cada caso, na proporção da respectiva participação no capital social da Companhia.

15.11 Direito de Preferência - Outros Títulos. O direito de preferência será também assegurado às Partes, na proporção da respectiva participação no capital da Companhia, nas emissões pela Companhia de bônus de subscrição e debêntures conversíveis.

15.12 Disposição Especial. A CEMIG, enquanto sociedade de economia mista, somente poderá alienar a sua participação acionária na Companhia mediante leilão, observada a legislação em vigor, ficando assegurado à ISA Investimentos o direito de preferência para a aquisição da totalidade das ações que estiverem sendo ofertadas no leilão, desde que em igualdade de condições com o terceiro ofertante no respectivo leilão.

15.13 Disposição Geral. Em caso de Transferência contemplada por qualquer Parte a terceiros do direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis, bônus de subscrição ou qualquer outro instrumento de emissão da Companhia descrito nas Cláusulas 15.10 ou 15.11 acima, serão observadas as disposições das Cláusulas 15.1 a 15.9 acima.

15.14 Direito de Venda Conjunta. Observado o disposto nos demais itens desta Cláusula e, alternativamente ao exercício de seu Direito de Preferência, a Parte Não-Vendedora poderá, a seu

exclusivo critério, optar, dentro do prazo de preferência, por participar da Transferência conjuntamente com a Parte Vendedora, nos mesmos termos e condições constantes da Oferta, dispondo-se a alienar a totalidade, e não menos do que a totalidade, das Ações por ela detidas ("Direito de Venda Conjunta").

15.15 Notificação de Adesão. O Acionista que desejar exercer o Direito de Venda Conjunta ("Acionista Aderente") deverá enviar, simultaneamente, comunicação à Parte Vendedora e ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia ("Notificação de Venda Conjunta"), por carta protocolada, informando-os de sua decisão de aderir à Transferência. A Notificação de Adesão constituirá uma oferta de venda, sob os mesmos termos e condições constantes da Oferta, da totalidade, e não menos do que a totalidade, das Ações detidas pelo Acionista Aderente ao terceiro interessado apresentado pela Parte Vendedora.

15.16 Interrupção do Prazo de Preferência. O envio de uma Notificação de Venda Conjunta interromperá o curso do Prazo de Preferência, que tornará a correr, desde o início, a partir do dia útil seguinte à data do recebimento da Notificação de Venda Conjunta. A manifestação relativa ao exercício do Direito de Preferência que tenha sido enviada anteriormente à interrupção do Prazo de Preferência será automaticamente desconsiderada, podendo ser novamente enviada, nos termos em que o emitente entenda melhor refletir seu interesse pelas Ações no momento.

15.17 Após 30 de outubro de 2014, qualquer Transferência de ações da Companhia estará sujeita a direito de preferência e Direito de Venda Conjunta nos seguintes termos: (i) a CEMIG terá direito de preferência e Direito de Venda Conjunta com relação às ações de emissão da Companhia detidas pela ISA Investimentos e/ou seus sucessores, que se tornarem Acionistas da Companhia; (ii) a ISA Investimentos e/ou seus sucessores terão direito de preferência e Direito de Venda Conjunta com relação às ações de emissão da Companhia detidas por CEMIG, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital da Companhia à época da Transferência de ações de emissão da Companhia; (iii) não haverá direito de preferência e Direito de Venda Conjunta para a ISA Investimentos e/ou qualquer de seus sucessores, individual ou conjuntamente, no caso de Transferência de ações de emissão da Companhia realizadas pela ISA Investimentos e/ou seus sucessores entre si; (iv) o procedimento aplicado para exercício do direito de preferência e Direito de Venda Conjunta obedecerá o disposto nesta Cláusula 15.

16. PRAZO, VIGÊNCIA E RESCISÃO

16.1 Prazo e Vigência. Este Acordo é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e vigorará, obrigando as Partes e seus respectivos sucessores, a partir desta data, pelo prazo em que perdurarem as concessões detidas pela Companhia.

16.2 Rescisão. O presente Acordo estará automaticamente e de pleno direito terminado e rescindido na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (a) decurso do prazo previsto na Cláusula 16.1, supra; ou
- (b) caso a CEMIG passe a ser detentora de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital votante da Companhia.

17. EXECUÇÃO ESPECÍFICA

17.1 Tendo em vista a natureza das obrigações previstas neste Acordo, as Partes reconhecem, em caráter irrevogável e irretratável, que, na hipótese de inadimplemento das obrigações nele assumidas, eventual indenização por perdas e danos não constituirá reparação suficiente; por conseguinte, sem prejuízo das perdas e danos que possam ter lugar, qualquer obrigação referida neste Acordo que seja descumprida por qualquer das Partes poderá ser objeto de execução específica, nos termos do artigo 118, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e da legislação aplicável, mediante decisão de suprimimento ou substituição do ato, voto ou medida praticado, recusado ou omitido em discordância com o disposto neste Acordo, na forma das disposições aplicáveis.

17.2 Mediante um descumprimento por qualquer uma das Partes de quaisquer termos e condições do presente Acordo ("Parte Infratora"), a outra Parte ("Parte Inocente") poderá notificar por escrito a Parte Infratora, especificando o inadimplemento ("Notificação de Inadimplemento"), exceto se: (a) tal inadimplemento for remediado em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da Notificação de Inadimplemento; ou (b) se tal remediação não puder razoavelmente ser concluída dentro do referido prazo de 15 (quinze) dias úteis, porém sejam iniciadas, imediatamente após o recebimento da Notificação de Inadimplemento, medidas cabíveis e diligentes em prol de tal remediação para conclusão em prazo razoável predeterminado, a Parte Infratora terá suspensos seus direitos, mas não as obrigações e compromissos, previstos neste Acordo no final do prazo de 15 (quinze) dias acima mencionado. Referida suspensão será sem prejuízo a quaisquer direitos adicionais da Parte Inocente, seja nos termos deste Acordo ou por lei.

18. ARQUIVAMENTO

18.1 De acordo com e para os fins dos artigos 40 e 118 da Lei das Sociedades por Ações, este Acordo será arquivado na sede da Companhia, averbado no livro de registro de ações nominativas da Companhia e registrado em Cartório de Títulos e Documentos, na forma disposta abaixo:

“AS AÇÕES DETIDAS POR [NOME DO ACIONISTA] ESTÃO SUJEITAS ÀS REGRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO E OUTRAS DISPOSIÇÕES ESTABELECIDAS NO ACORDO DE ACIONISTAS DATADO DE [DATA DE ASSINATURA], CUJA CÓPIA ESTÁ DISPONÍVEL PARA EXAME NA SEDE DA COMPANHIA. O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO POR QUALQUER

ACIONISTA EM VIOLAÇÃO AO ACORDO DE ACIONISTAS SERÁ NULO E NÃO PRODUZIRÁ EFEITOS.”

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Denominação. As Partes de comum acordo e conforme as suas conveniências deverão deliberar pela alteração da denominação da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

19.2 Despesas. Cada Parte deverá pagar suas despesas relacionadas ao presente Acordo, incluindo taxas e despesas dos advogados, contadores, auditores, corretores e consultores financeiros.

19.3 Autorização. Cada Parte declara e garante à outra que possui legalmente plenos direitos, poderes e autoridade para celebrar e cumprir este Acordo, e a assinatura e entrega deste Acordo pelo citado signatário, bem como a consumação, pelo citado signatário, das operações ora contempladas foram devidamente autorizadas por todas as ações cuja prática é exigida do signatário. Cada Parte declara e garante ainda que este Acordo constitui um acordo válido e vinculante para si, exigível de tal Parte, de acordo com seus termos.

19.4 Cessão. Observado o disposto na Cláusula 15.9 acima, nenhuma das Partes poderá ceder quaisquer de seus direitos ou obrigações sob este Acordo, exceto se as demais Partes tiverem consentido, por escrito, a seu único e absoluto critério.

19.5 Notificações. Quaisquer notificações ou outras comunicações requeridas ou permitidas sob este Acordo deverão ser feitas, por escrito, e deverão ser entregues ou enviadas através de serviço de entrega no dia seguinte, entregues pessoalmente, ou por carta registrada, nos endereços de cada uma das Partes abaixo mencionados, ou para qualquer outro endereço conforme seja fornecido por escrito por tal Parte:

Se à **ISA** Investimentos:

ISA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A.

Av. das Nações Unidas, 14.171 - Torre Crystal - 7º andar - São Paulo - SP

Tel: (11) 3138-7673

At.: Sr. Diretor Presidente

Se à **CEMIG**:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

Av. Barbacena, nº 1200

Belo Horizonte - MG
Tel: (31) 3506-4900
At.: Sr. Diretor Cemigpar

Se à **Companhia**:

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Praça XV de Novembro, n.º 20, 6º andar
Rio de Janeiro - RJ
Tel: (21) 2212-6000
At.: Sr. Diretor Presidente

19.5.1 Cada Parte poderá, através do fornecimento de notificação para tanto às demais, alterar seu endereço para notificação a qualquer momento e/ou designar que cópias de qualquer notificação sejam direcionadas a outra pessoa, em outro endereço.

19.6 Demais Documentos. Em consonância com os termos e condições deste Acordo, cada Parte efetuará ou determinará que sejam efetuadas e praticadas todas as outras ações e demais atos e assinarão e entregarão todos os demais instrumentos, certificados e outros documentos que qualquer outra Parte vier a razoavelmente exigir, a fim de lograr a intenção e empreender as finalidades deste Acordo e a consumação das operações ora contempladas.

19.7 Modificações. Este Acordo não poderá ser modificado ou alterado sem o prévio e expresse consentimento por escrito de todas as Partes ou de seus respectivos sucessores.

19.8 Independência das Disposições. Na hipótese de uma ou mais das disposições ou parte de uma ou mais das disposições contidas neste Acordo, por qualquer motivo, vier a ser declarada inválida, ilegal ou inexecutável, em qualquer aspecto e em qualquer jurisdição, tal invalidade, ilegalidade ou inexecutabilidade não prejudicará qualquer outra disposição deste Acordo ou parte de qualquer outra disposição. Este Acordo será interpretado, em qualquer jurisdição, como se a disposição ou a parte de qualquer disposição inválida ou ilegal ou inexecutável tivesse sido reformulada de modo que se tornasse válida, legal e executável na medida em que permitido na referida jurisdição.

19.9 Títulos. Os títulos das cláusulas deste Acordo e seu Anexo I são inseridos tão somente com o propósito de facilitar referências e não fazem parte deste Acordo para os propósitos de interpretação.

19.10 Contrato Completo. Este Acordo substitui todos os eventuais contratos anteriores firmados entre as Partes relativos à matéria objeto deste Acordo e constitui (juntamente com a documentação mencionada neste Acordo) uma completa e exclusiva declaração dos termos do Acordo entre as Partes às matérias aqui tratadas.

19.11 Prevalência das Disposições. Em caso de conflito entre as disposições deste Acordo e do Estatuto Social, prevalecerá o disposto neste Acordo, assumindo as Partes o compromisso de convocar Assembleia Geral da Companhia para adequar os dispositivos do Estatuto Social que conflitem com este Acordo, no prazo de 90 (noventa) dias a contar desta data.

19.12 Sucessores. Este Acordo é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e obriga as Partes e seus respectivos sucessores e cessionários a qualquer título.

19.13 Lei Aplicável. Este Acordo será regido e construído de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

19.14 Renúncia. A tolerância ou não exercício pelas Partes de quaisquer direitos a eles assegurados neste Acordo ou na lei em geral não importará em renúncia a qualquer destes direitos, podendo as Partes exercitá-los a qualquer tempo, exceto no caso de renúncia expressa por qualquer uma das Partes.

19.15 Nulidade. Serão nulos e de nenhum efeito os atos praticados, os votos proferidos e a Transferência ou oneração de Ações realizados sem a estrita observância das disposições constantes neste Acordo.

19.16 Vedação. É vedada a celebração de quaisquer acordos de voto e/ou acordos de acionistas paralelos entre as Partes, inclusive seus sucessores, e entre quaisquer das Partes e terceiros que venham a participar do capital votante da Companhia e de suas Controladas e Coligadas.

19.17 Atualização de Valores. Para fins de apuração do valor total de uma série de operações relacionadas casos previstos neste Acordo, a contagem do período dos últimos 12 (doze) meses terá como base o mês anterior àquele em que se der a aprovação da operação que for objeto de deliberação pelo respectivo órgão societário.

20. FORO E ARBITRAGEM

20.1 Foro. As Partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, exclusivamente para medidas cautelares ou coercitivas, provisionais ou permanentes, assim como a execução da sentença arbitral.

20.2 Arbitragem. Qualquer controvérsia relativa a este Acordo será resolvida por arbitragem, de acordo com as disposições adiante.

20.3 A arbitragem será submetida à Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM") de acordo com o Regulamento de Arbitragem da CAM (doravante designado o "Regulamento").

20.4 O litígio será decidido por um tribunal arbitral composto por 03 (três) árbitros ("Tribunal Arbitral"), escolhidos de acordo com o Regulamento.

20.5 A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A língua da arbitragem será o português, e a arbitragem será de acordo com a Lei nº 9.307/96.

20.6 O Tribunal Arbitral deverá proferir sua sentença no Brasil, dentro de até 12 (doze) meses do início da arbitragem. Este prazo poderá ser prorrogado por até 06 (seis) meses pelo Tribunal Arbitral, desde que justificadamente.

20.7 Com exceção dos honorários dos advogados, que serão atendidos por cada Parte individualmente, as demais despesas e custos serão suportados por uma ou por ambas as Partes, como for decidido pelo Tribunal Arbitral.

20.8 As Partes deverão manter em sigilo todas e quaisquer informações relacionadas à arbitragem.